

# A CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS.

Ana Flávia SILVA<sup>1</sup>

Eduardo Luís COUTO<sup>2</sup>

**RESUMO** O presente trabalho tem por objetivo contribuir para uma análise da execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, no contexto do município de Martinópolis e a satisfação dos beneficiários com as casas do Programa. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa, com dados coletados a partir de entrevista, tendo como instrumentais de pesquisa a entrevista e a aplicação de questionários com as famílias beneficiadas pelo programa. O resultado da pesquisa proporcionou identificar através de relatos as mudanças na vida dos beneficiários com o Programa, levando em conta o contexto de vida antes do programa, e qual o trabalho social realizado com as famílias, além dos desafios e possibilidades da atuação do assistente social.

**Palavras-chave:** Minha Casa Minha Vida, Política de Habitação, Garantia de direitos

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para uma análise da conjuntura do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida no contexto do Município de Martinópolis.

Para uma compreensão da temática de habitação, pontuaremos um breve relato da política habitacional no Brasil, pois atualmente o programa Minha Casa Minha Vida, é o programa de moradia popular, que visa atender um milhão de famílias de baixa renda em todo o país, mediante a construção de moradias. O programa tem objetivo de proporcionar a aquisição de empreendimentos habitacionais de moradia popular para famílias com renda bruta de até três salários mínimos, cabe às prefeituras municipais o cadastramento das famílias, o acompanhamento no processo de entregas das unidades e o pós-obra, que compreende a implementação dos trabalhos técnicos sociais.

O interesse pela temática da habitação ocorreu através do estágio realizado no Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Martinópolis, sendo o Departamento que realiza o Trabalho Técnico Social das

---

<sup>1</sup> Discente do 4º ano do Curso de Serviço Social do Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. E-mail: [ana\\_silva@toledoprudente.edu.br](mailto:ana_silva@toledoprudente.edu.br)

<sup>2</sup> Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário "Antônio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL/PR. e-mail: [eduardocouto@toledoprudente.edu.br](mailto:eduardocouto@toledoprudente.edu.br). Orientador do artigo.

famílias beneficiadas. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de uma melhor análise em relação aos usuários beneficiados pelo programa da Política Habitacional buscando uma maior compreensão da execução dos seus direitos que permite a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Foi realizada a pesquisa com 12 das 27 famílias contempladas, no qual possibilitou conhecer o perfil de cada uma. Com a pesquisa qualitativa e quantitativa foi possível observar que a população beneficiária é caracterizada de baixa renda e baixa escolaridade, sendo que maior parte dos usuários, recebem benefícios ofertados pela Assistência Social.

Para este estudo temos como objetivos específicos, Identificar qual era a realidade de habitação dos usuários anterior ao programa; Conhecer o perfil socioeconômico das famílias beneficiadas com o empreendimento habitacional; Identificar as mudanças que o Programa Habitacional possa ter propiciado na vida das famílias beneficiadas.

Por fim, veremos o trabalho social realizado, e qual é o trabalho realizado pelo Assistente Social no Programa Minha Casa Minha Vida.

A finalidade do presente trabalho é obter a nota de 10 pontos para fechamento da matéria de Supervisão Acadêmica III, ministrada pelo Supervisor Acadêmico Eduardo Luís Couto, para o fechamento do 7º termo de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente.

A metodologia utilizada é o histórico dialético, a pesquisa foi através de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e através de artigos de outros autores coletados na internet.

## **2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

O Ministério das Cidades foi criado em 2003, sendo o tal responsável pelo desenvolvimento da Política de Desenvolvimento Urbano e dentro da política, tem a Política Setorial de Habitação. O objetivo para a implantação da política de desenvolvimento urbano agrega abundantes áreas como, saneamento ambiental, transporte urbano e mobilidade.

O Ministério das Cidades apresenta os objetivos da Política Nacional de Habitação.

- a) “Universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH; b) promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; c) fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados; d) tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH; e) democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; f) ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; g) Incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão de obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).”

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Habitação tem como componentes principais: a integração urbana de assentamentos precários, urbanização, regularização fundiária, a provisão de habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano. A elaboração e implementação da PNH obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir a população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano.

Portanto, a Política Nacional de Habitação é conduzida pelos princípios do direito à moradia própria como um direito individual do ser humano, e que a Política deve garantir um mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo entre outros. É importante frisar que a política também

visa um atendimento prioritário para as famílias de baixa renda, proporcionando a essas famílias a realização do sonho da casa própria, e ao país diminuir o déficit habitacional.

O país tem um déficit habitacional alto, no qual são aproximadamente 5,2 milhões de pessoas sem moradia própria, o déficit habitacional é caracterizado por habitações precárias que são as favelas, coabitação que se caracterizam pelas famílias que dividem uma mesma casa, locatários que são as pessoas que pagam aluguel e por fim os adensamentos populacionais que são mais de 3 habitantes em uma mesma casa. Em 2014 foi realizada uma pesquisa realizada pela Caixa Econômica Federal e o IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica) e mostra que 74% desses 5,2 milhões de pessoas sem moradia própria, são famílias de baixa renda.

Esse déficit de moradia da população brasileira se dá por conta do sistema capitalista, no qual a sociedade fica dividida entre a elite dominante e o trabalhador que vende sua força de trabalho para o burguês, que detém as forças produtivas, portanto fica evidente a divisão da sociedade dos que podem pagar por algum bem e os que não podem. Sendo assim os que não podem ficam à mercê da boa vontade dos governantes, a espera de quando vão ofertar programas habitacionais, para assim poderem obter a realização do sonho da moradia própria.

Uma vez que o direito à moradia é um dos direitos básicos do ser humano, e está previsto na Constituição Federal de 1988:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Para suprir esse déficit habitacional o governo federal em 2009, através da Lei 11.977, criou o Programa Minha Casa Minha Vida para continuar aumentando o crescimento econômico do país. O programa tem como objetivo atender a população desprovida de recursos financeiros para obtenção da moradia própria.

O público alvo do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV é voltado para famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, famílias que façam parte pessoas com deficiência, famílias de baixa renda com a faixa de 0 a 3

salários mínimos. O programa promove a estas famílias a oportunidade para obtenção da moradia própria, pois antes do programa não seria possível.

A operacionalização do programa é através da Caixa Econômica Federal articulada com o governo federal, em conjunto com Estado e municípios. A Caixa Econômica Federal é a executora do Programa, tendo como função a elaboração e execução dos contratos de repasse de recurso, bem como o acompanhamento físico e social da obra. Cabe ao município executar os trabalhos sociais, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos contratualmente e prestar contas dos recursos transferidos pela União.

Para ser possível a inserção no PMCMV é necessário que o usuário tenha cadastro no CADÚNICO, o referido cadastro apresenta a situação socioeconômica da população da cidade, tal como o mapeamento e identificação das famílias de baixa renda. Essas informações constantes no banco de dados do CADÚNICO possibilitam a identificação das famílias residentes em áreas adjacentes ao empreendimento, contribuindo, de forma imprescindível para o mapeamento da demanda habitacional do município.

“As diretrizes do PMCMV incluem a redução do déficit habitacional, distribuição de renda e inclusão social, e a dinamização do setor da construção civil e geração de trabalho e renda. Sua meta na primeira fase do programa é a construção de um milhão de moradias no período de um ano. O programa na sua segunda fase se insere nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e passou a estar cada vez mais identificado como um plano de apoio a construção civil, conseqüentemente, um aumento de oferta e preços de imóveis. (DUARTE,2011).”

O PAC, portanto, é um conjunto de políticas econômicas planejadas com a finalidade de acelerar o crescimento econômico do país, foi criado devido à crise econômica que atingiu o país no ano de 2008, origina-se na perspectiva do desenvolvimento econômico, o aumento do emprego e uma melhor condição de vida para a população brasileira.

O Estado e os municípios ficam responsáveis pelo recrutamento e seleção dos usuários que serão contemplados, sendo responsável também pela execução do trabalho técnico social e o trabalho pré-ocupação e pós-ocupação.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS-SP**

Há aproximadamente 13 anos as famílias ocuparam irregularmente terrenos, que foram denominados área de risco, devido enchentes e alagamentos, que ocorriam no local das moradias. Verificou-se que tal ocupação se dava através de moradias precárias, devido às construções não seguirem as normas padrões da construção civil, o que gerava riscos e insegurança para seus moradores.

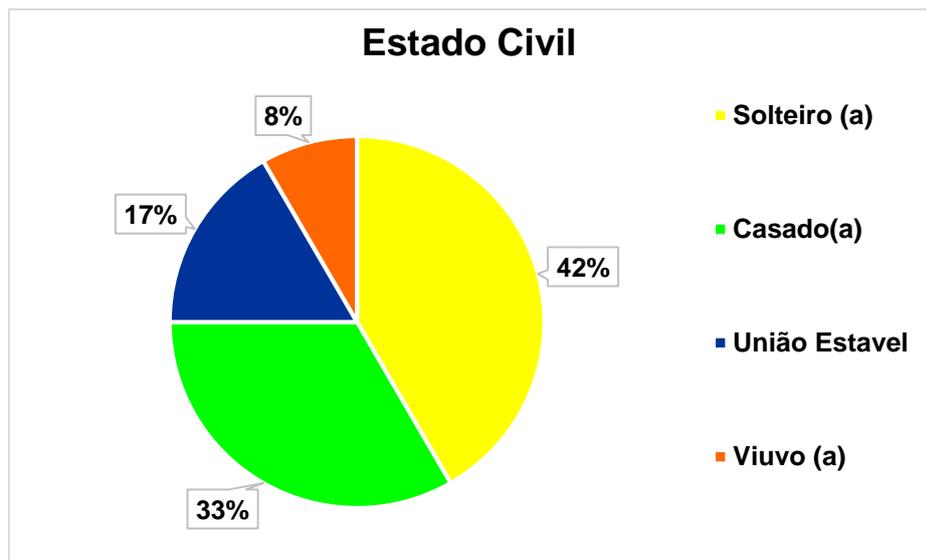
Como forma de resposta a tal problema sócio habitacional o município disponibilizou uma área de 7.040m<sup>2</sup> para reassentamento de tais famílias, que desfruta de toda a infraestrutura necessária (água, esgoto, guias, pavimentação asfáltica e iluminação pública), além de em seu entorno possuir disponíveis para os novos moradores os serviços públicos de saúde (ESF), Educação (Escola) e Assistência Social (CRAS), bem como igrejas, comércio. Ressaltando o acesso ao serviço de coleta de lixo, bem como ao transporte público.

Os dados que serão mostrados a seguir, foram coletados através de busca de informações no SIS (Sistema de Informação Social) <sup>2</sup>. No total são 27 beneficiados com o PMCMV, mas só foi possível realizar entrevista com 12 beneficiários, no qual possibilitou a elaboração do perfil das famílias beneficiárias, e assim compreender a realidade social que vivenciavam.

#### **Gráfico 01 – Estado Civil dos Beneficiários.**

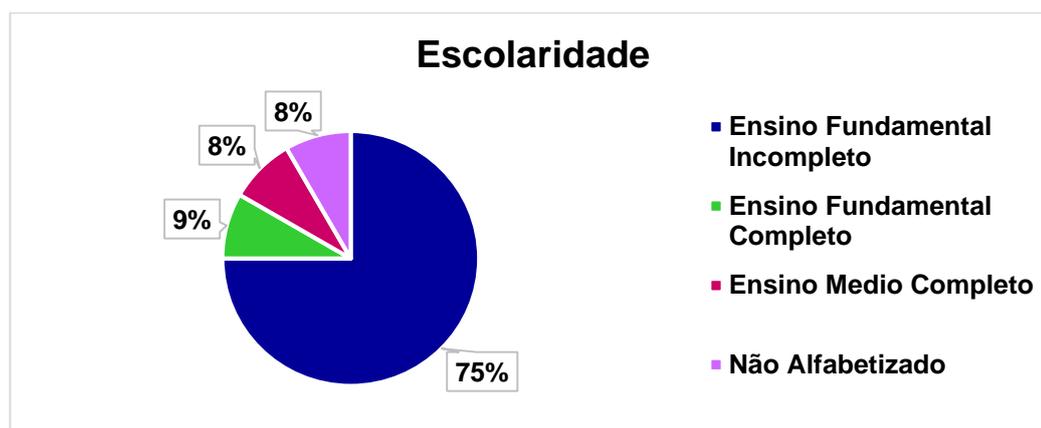
---

<sup>2</sup> O SIS é um sistema desenvolvido pelo Município de Martinópolis, e contém todas as informações dos usuários que são atendidos pelos equipamentos da Assistência Social.



Concerne ao estado civil dos beneficiários titulares, os dados acima revelam que os solteiros são a parte mais significativa do gráfico, representado por 42% dos entrevistados, reafirmando a condição prioritária dada às mulheres chefes de família, já que do total de responsáveis pela unidade familiar, 80% destes são do sexo feminino. Ressalta-se que o número de casados também é relevante na amostragem, caracterizado por 33% do total, seguido pelos casais em união estável que representa 17%, e dos viúvos que são 8% do total.

**Gráfico 02- Escolaridade dos Titulares**



O gráfico acima revela dados preocupantes no que tange a escolaridade dos responsáveis pela unidade familiar, principalmente, que possuem predominantemente apenas o nível fundamental incompleto. Ou seja, partir da

tabulação, identificou-se que 75% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental (1º ao 9º ano).

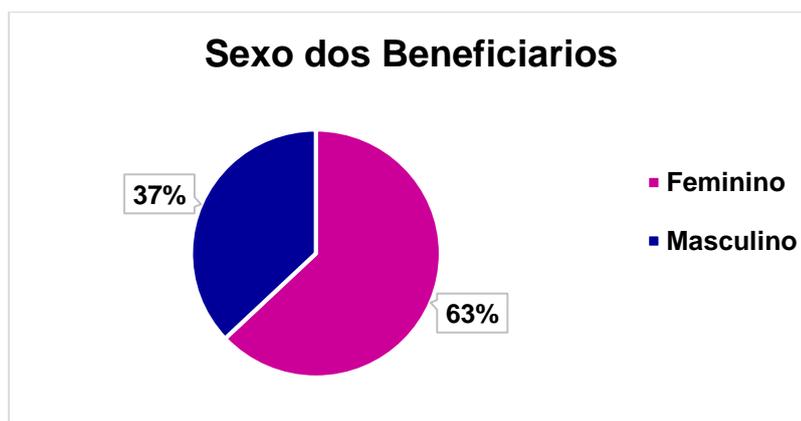
Portanto, partindo do pressuposto de que as mulheres representam 90% das entrevistadas, visto que essa condição as impossibilita de prosseguir nos demais níveis escolares (médio, superior, etc.) e obter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Foi analisado também que 9 % dos entrevistados concluíram o ensino fundamental, 8% concluíram o ensino médio e 8% não foram alfabetizados.

Desta forma, foi possível ver que a dificuldade de ingressar no ensino de qualidade e a necessidade de inserção no mercado de trabalho contribuíram para que as pessoas interrompessem ou abandonassem os estudos. Por conseguinte, a falta e/ou pouca qualificação profissional, decorrentes da reduzida escolaridade ou ausência desta, não favorecem a melhoria das condições de vida da população em análise.

Faz-se necessário, desenvolver uma articulação com escolas, para incentivar a volta para a escola, pois devido ao alto índice de baixa escolaridade, ocorre à exclusão do mercado de trabalho.

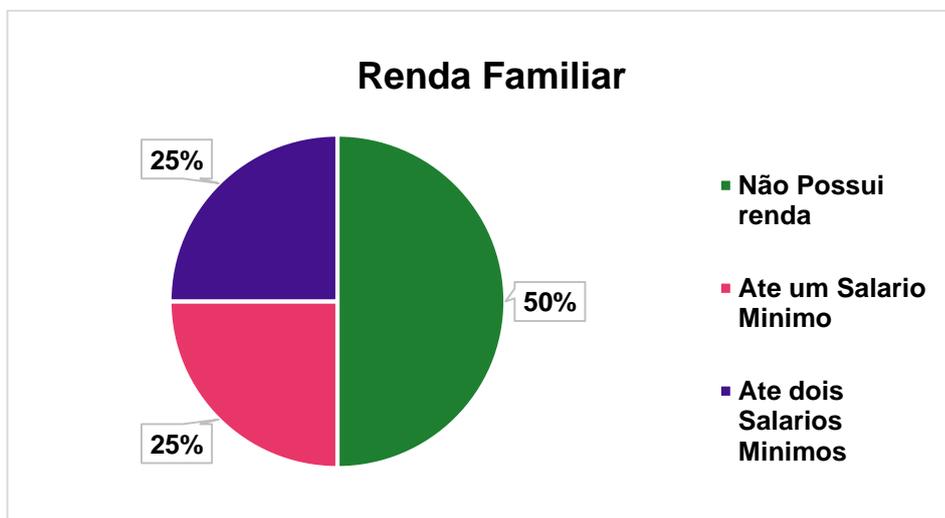
**Gráfico 03- Sexo dos titulares**



Os titulares do sexo feminino representam o maior quantitativo do gráfico totalizando 63%. Consta-se, desta forma, que o critério de priorização das mulheres chefes de família foi amplamente atendido, conforme preconizado pela Portaria 610/2010 do Ministério das Cidades.

Vale enfatizar que os homens referidos no gráfico representam, 37% do total de 27 beneficiários pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

**Gráfico 04- Renda Familiar dos titulares.**



Conforme os dados apresentados acima são preocupantes, pois 50 % dos titulares não possuem renda, e maioria dessas pessoas recebem Benefícios de Transferência de Renda, como Bolsa Família, Renda Cidadã, Ação Jovem, além dos Benefícios Eventuais ofertados pela Assistência Social.

Foi observado também, que 25% dos entrevistados recebem até um salário mínimo, e outros 25% desse total recebem até dois salários mínimos.

Através da pesquisa realizada, foi possível analisar que maior parte dos beneficiários entrevistados do PMCMV, são famílias de baixa escolaridade e renda, no qual a maioria que se encontra trabalhando recebe menos de dois salários mínimos e fazem parte do mercado informal, vivem de diárias, gerando assim, uma instabilidade econômica na família refletindo em relações humanas frágeis e inseguras.

A baixa escolaridade espelha-se na baixa qualificação profissional, o que dificulta o acesso a empregos de maior remuneração, no que faz com que grande parte dessa população participe de Programas Sociais de Transferência de Renda, e utilize de Benefícios Eventuais da Assistência Social do Município de Martinópolis, para a garantia de suas necessidades básicas.

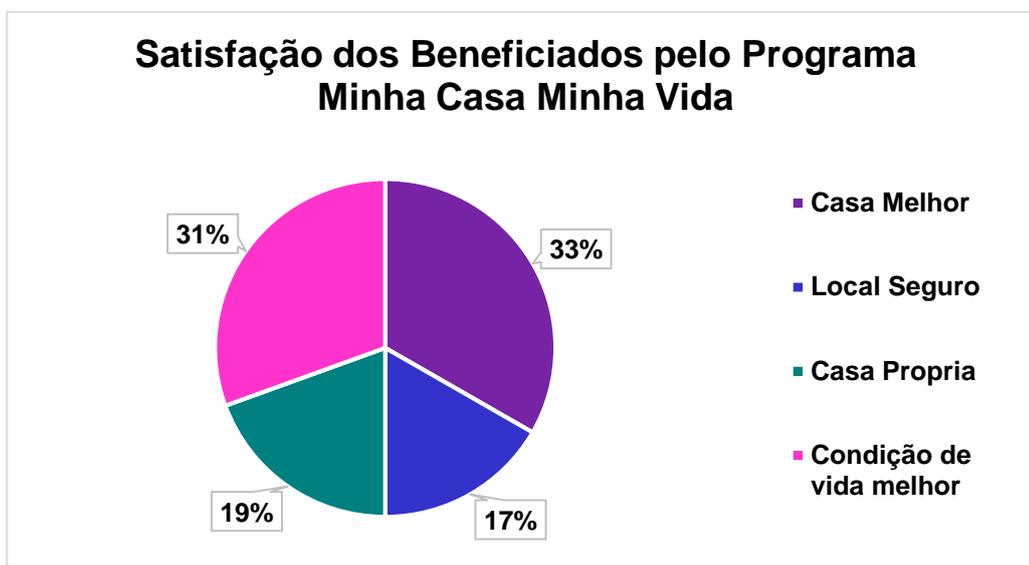
#### 4 A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS.

As casas que os beneficiários residiam, eram precárias, construídas distante das normas da construção civil, e por serem vítimas de enchentes e inundações, a população vivia sob risco de desabamento das casas.

Diante da demanda que estava posta, o município se responsabilizou em retirar as famílias das casas, e através de parceria com o governo federal e a Caixa Econômica Federal, conforme a lei 11.977, de 7 de julho de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, veio para o município de Martinópolis.

Atualmente, são o total de 27 famílias que foram contempladas com as casas, e através da pesquisa qualitativa realizada com os beneficiários do Programa, mostra-se a satisfação dos usuários referente às casa do Programa. Abaixo segue o gráfico construído através de informações coletadas em entrevista com os usuários.

**Gráfico 05- Satisfação dos Beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida**



Foi possível constatar que a satisfação com a casa do programa é notória, pois segundo os relatos dos beneficiários, as casas são boas, garantem segurança, houve uma qualidade de vida melhor, pois segundo os entrevistados a casa é espaçosa, tem acessibilidade e comodidade, o local do empreendimento é ótimo em comparação ao local que viviam antes.

A maior parte dos entrevistados avalia como positiva as mudanças das condições de moradia após o Programa, já que as mudanças são apresentadas como potencializadoras de melhorias na qualidade de vida.

Segundo os entrevistados o programa trouxe à superação de problemas anteriores da antiga moradia, pois comparam a antiga moradia, a precariedade, e a instabilidade que havia antes.

Nota-se que a satisfação dos beneficiários é considerável em relação às casas, pois estão morando no que é próprio, em uma casa com ótima infraestrutura, comparada a antiga moradia, a qualidade de vida, segurança, e a esperança da família ter uma vida mais digna.

#### **4.1 Trabalho Social Realizado Com As Famílias Pós Ocupação.**

O trabalho social se faz importante e necessário para garantir que a alteração do hábitat provoque o mínimo transtorno possível nas redes culturais e econômicas e sociais construídas pela população.

O trabalho social é fundamental para oferecer à população um canal aberto para discussão política e técnica como meio para o exercício da cidadania plena, o que lhe permite orientar a intervenção do Poder Público para a melhoria da sua condição de vida.

Durante este processo, os moradores gradativamente, compreendem as atribuições distintas do Poder Público e da população, como seu compromisso de, uma vez instalado o seu novo local de moradia, tratar adequadamente os espaços coletivos que necessitam de manutenção. Outro ponto importante é levar ao conhecimento da população a importância dos equipamentos públicos e sociais disponíveis para o bem-estar coletivo.

Para ser desenvolvido o trabalho social, foi realizada uma reunião para levantamento de cursos de interesse dos beneficiários, para assim o município firmar parceria com o Senac, com o objetivo à profissionalização dos beneficiados, pois faz-se necessário, sobretudo, preparar a população beneficiária para um processo de integração e pertencimento social à nova comunidade e adaptação ao novo cenário. Neste sentido, a ação pensada busca a qualidade de vida e garante o acesso dos beneficiários aos seus direitos, bem como os deveres partilhados socialmente.

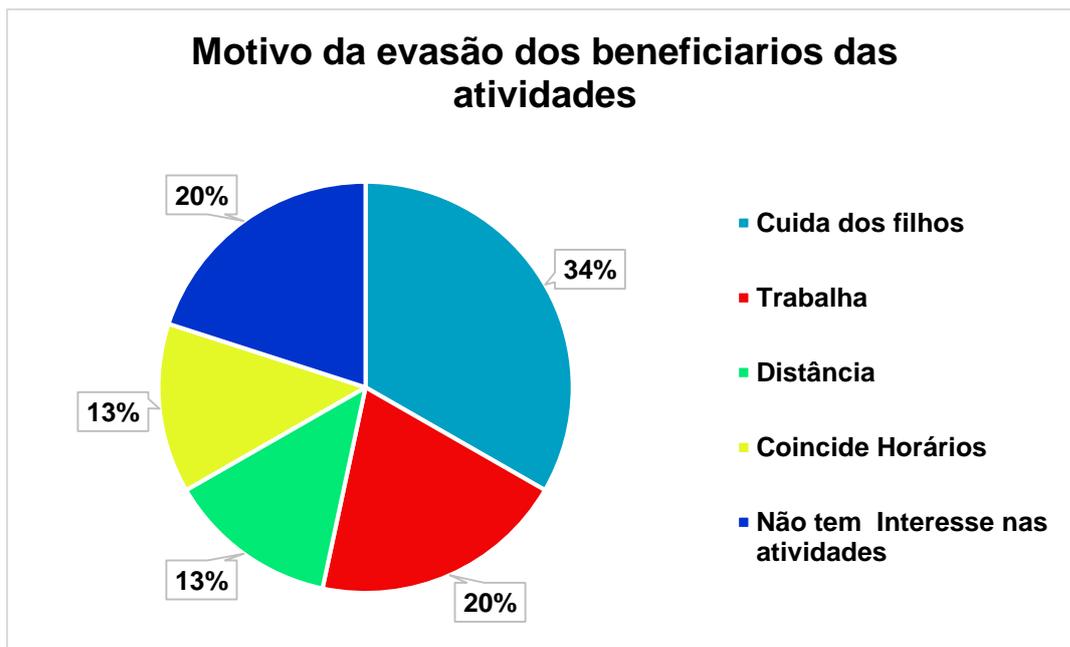
“A estratégia de trabalho social deve contemplar essa pré-ocupação. O ponto fundamental da questão do trabalho social é o de dar possibilidade para que essas famílias percebam que têm direitos e reforçar sua capacidade de organização e de reivindicação, sedimentando, assim, ações mais profundas de desenvolvimento social. Essa é uma questão fundamental.” (MINISTERIO DAS CIDADES, p7,2011)

Os objetivos específicos do trabalho social do Município de Martinópolis é contribuir na construção do conhecimento desta população, a partir das relações sociais existentes, sempre norteada pela busca da melhoria da qualidade de vida e pela prática da cidadania.

Promover a mobilização e a participação social por meio de atividade de caráter socioeducativo, da instituição de bases associativas, de ações de geração de renda e de educação sanitária, ambiental e patrimonial. Resgatar a identidade e a autoestima através da valorização da cultura local e de promover a apropriação dos novos espaços propostos no reassentamento urbano. Incentivar retorno à escola; Possibilitar acesso a cursos técnicos visando à qualificação profissional; Encaminhar ao mercado de trabalho formal; Oferecer e encaminhar para tratamento de saúde os dependentes químicos; Favorecer a correta apropriação e uso dos imóveis implantados.

Após a realização das oficinas, foi observado que os usuários não participavam, portanto, a fim de desvelar o motivo da evasão dos beneficiários das oficinas, foi realizado um novo levantamento. O resultado segue no gráfico abaixo.

#### **Gráfico 06- Motivo da evasão dos beneficiados das atividades**

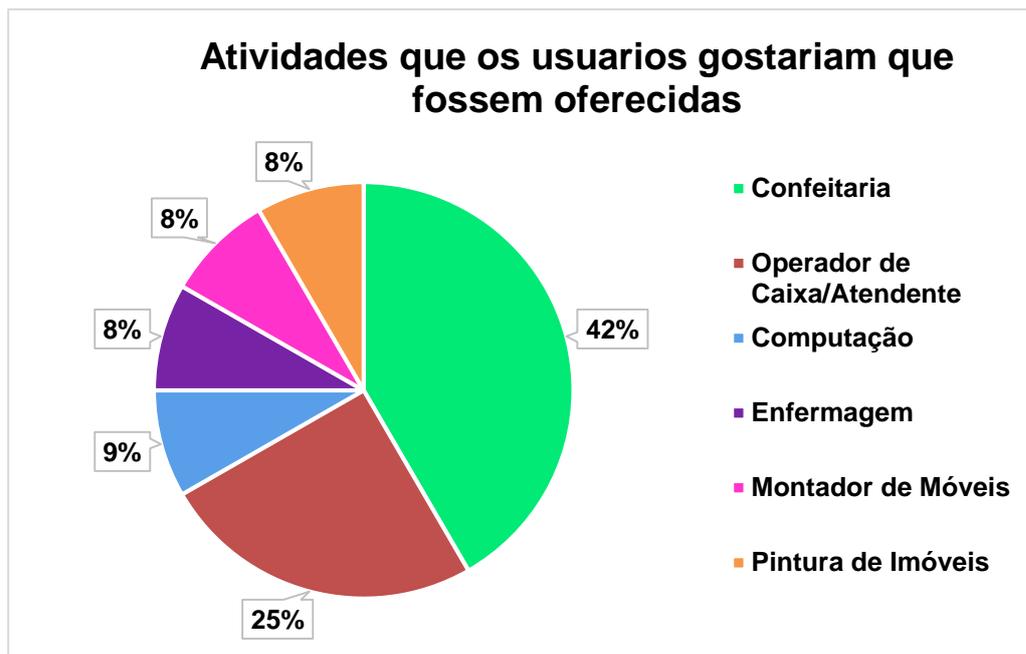


Com a realização dos cursos, observamos que há uma evasão dos beneficiários, portanto realizamos uma pesquisa, no qual visa saber o motivo de não aderirem às atividades oferecidas. Foi analisado que 34% dos entrevistados não participam das atividades, pois cuida de filhos pequenos, e não tem como participar. Já 20% não participam por trabalharem, apesar de ter interesse nos cursos. Sendo 13% acha o local dos cursos distante, não tem locomoção, 13 % coincide o horário com demais atividades que realizam, e 20 % por não ter interesse nas atividades oferecidas.

Foi considerável o número de mães que não trabalham, e conseqüentemente não participam das atividades, pois cuidam de filhos ou netos pequenos, o que se dá pela falta de vaga em creches e escolas, pois como sabemos muitas creches públicas dão a prioridade das vagas para a crianças que tem mães que trabalham. Embora registra-se que a vaga em creches é direito fundamental da criança, sendo dever do município a garantir.

Pelo fato da evasão dos cursos oferecidos, foi questionado aos usuários se haveria algum curso que gostariam de participar e o resultado foi o seguinte.

**Gráfico 07: Atividades que os usuários gostariam de participar.**



Ao analisar a pesquisa realizada, verificamos que os usuários têm o interesse em participar de cursos profissionalizantes que os inserissem no mercado de trabalho. Sendo 46% gostariam que fossem oferecidos cursos de Confeitaria, pois segundo os usuários há bastante vagas no mercado de trabalho do município, 27% dos usuários gostariam que fossem oferecidos cursos de Atendente de balcão e Operador de Caixa, 9% gostaria que houvesse cursos de Computação, pois acham importante o curso, 8 % gostaria do curso de Enfermagem, 8% de Montador de Móveis e 8 %de Pintura de Imóveis.

Portanto, conclui-se que os beneficiados almejam ser inseridos no mercado de trabalho, pois como já foi mostrado, estão inseridos no mercado de trabalho informal, causando instabilidade na família, pois muitos vivem de benefícios eventuais, e de transferência de renda.

Vimos também que é importante oferecer para os beneficiários, cursos que estão em falta no mercado de trabalho, pois assim garantiriam que os beneficiados fossem inseridos no mercado. Mas infelizmente não há recursos suficientes para garantir cursos profissionalizantes, a fim de inserir o beneficiado no mercado de trabalho, e os cursos já oferecidos são estímulos para a geração de renda, visto que maior parte dos beneficiados não possuem renda.

## **5 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS.**

O déficit habitacional tornou-se expressão da “questão social”, após um levantamento realizado pelo Departamento de Assistência Social do município de Martinópolis, observou-se que são aproximadamente 1.700 pessoas sem casa própria, referente ao cadastro realizado pelo departamento.

“A questão social não determina, por si só, a gênese do Serviço Social. Ela apenas dá base para a emergência da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado; mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o assistente social. (Netto 1992 apud MONTAÑO, 2009, p. 34)”

Segundo lamamoto, a questão Social será apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O Assistente Social é um profissional com a missão de implantar e executar as políticas sociais. Sendo a questão social o elemento fundamental de enfrentamento dessas políticas, onde suas expressões são objeto da intervenção profissional.

O profissional se firma na perspectiva de garantia de direitos e nos meios de exercê-los; portanto perpassa pelo Estado, representa o interesse de todos os cidadãos e as políticas públicas que representam sua concretização.

“O Serviço Social, por sua vez, é reconhecido como uma especialização do trabalho, parte das relações sociais que fundam a sociedade capitalista. Estas são, também, geradoras da questão social em suas dimensões objetivas e subjetivas (IAMAMOTO, 2009, p. 25).”

lamamoto (2001, p. 67) traz ainda que, o Serviço Social “[...] é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora”. No parecer de Yazbek (2009), a importância do Serviço Social se dá na medida em

que obtém legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores no âmbito das políticas assistenciais, desenvolvendo atividades no âmbito do Estado, apesar de ser considerada uma profissão liberal pelo Ministério do Trabalho (Portaria n.º 35, de 19 de abril de 1949) voltada ao atendimento de sequelas da questão social.

Desse modo, deve-se compreender o contexto no qual a profissão surge, as práticas profissionais e o seu desenvolvimento nas diferentes configurações para compreender a atuação profissional do Assistente Social na área habitacional, seus limites e possibilidades de intervenção frente às demandas, postas para o técnico. Assim, é necessário conhecer as práticas profissionais desenvolvidas, as estratégias de intervenção, adentrar o debate sobre os atuais desafios postos ao Serviço Social no processo interventivo, no campo da habitação.

A demanda habitacional se dá por conta do processo histórico do capitalismo, no qual o capital explora a classe trabalhadora, visando sempre lucro e mais lucro, sendo o capital estando na mão de poucos, e também uma omissão do papel do Estado, assim causando o desmonte dos direitos sociais, aumentando as desigualdades sociais, aumentando a descriminalização da classe trabalhadora, hostilizando a problemática habitacional. Portanto a classe trabalhadora sem condições para obter a moradia própria, conseqüentemente deslocam-se para construções irregulares, há o surgimento de favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, pagam alugueis caríssimos. Portanto, a classe trabalhadora então fica à mercê da boa vontade do Estado em oferecer programas habitacionais.

O Serviço Social intervém para que os direitos sejam garantidos, através das políticas sociais. O Programa Minha Casa Minha Vida, é uma demanda para o serviço social, o programa permite que a classe subalterna consiga a moradia própria, esse programa se dá através de condicionalidades estabelecidas pelo governo federal, e assim muitas vezes não consegue suprir a real demanda habitacional. O técnico, portanto, deve possuir uma leitura crítica da realidade, a fim de evidenciar a demanda da população e o aprimoramento do debate do direito à moradia, em busca de melhores condições de vidas, e o bem-estar social da população, garantindo o acesso dos usuários as políticas sociais.

O grande desafio na atuação do profissional é garantir que o direito à moradia, que está previsto na Constituição de 1988, seja efetivado, que os usuários consigam se emancipar da realidade precária que vivenciam, que consigam entrar no

mercado de trabalho, para assim estabelecer uma estrutura para a família, visto que a através da pesquisa realizada observamos que as famílias possuem uma fragilidade de vínculos, sendo um desafio para o profissional suprir.

Um desafio também para o município de Martinópolis seria ter um departamento que fosse responsável pelo Programa Habitacional, tendo uma equipe multidisciplinar, para assim haver um melhor atendimento para a demanda, sendo que o trabalho técnico social é realizado pelo Departamento Municipal de Assistência Social, por ser o órgão gestor, o profissional então fica sobrecarregado com o acúmulo de serviço, ressaltando que o Departamento sofre um déficit de Recursos Humanos, não tendo um profissional que possa auxiliá-lo no atendimento das demandas que os usuários beneficiários do Programa trazem.

## **6 PROPOSTA DE AÇÃO NA REALIDADE DAS FAMILIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.**

Como vimos o presente trabalho realizou uma análise do perfil da população beneficiária do PMCMV, e através deste diagnóstico buscou-se propor uma ação de intervenção, a fim de transformar a realidade dessas famílias, sendo assim como vemos na pesquisa realizada, a população beneficiária possui diversas vulnerabilidades, pois essa população é marginalizada e excluída pela sociedade, não possuindo nenhuma oportunidade de transformar a realidade que vivenciam.

Pois como abordamos acima, os usuários visualizam o programa como uma possibilidade de mudança de vida, e detém uma perspectiva de mudança de vida, e também melhorar a realidade que vivenciam, a população beneficiária maior parte são usuários dos serviços da Assistência Social, possuem escolaridade baixa, encontram-se fora do mercado de trabalho, sendo sua única fonte de “renda” os programas de transferência de renda, sendo importante frisar que os programas de transferência de renda não são considerados como uma renda para a família, sendo assim a família não obtém recursos nem mesmo para suprir as necessidades básicas da família.

Portanto, este trabalho propõe que seja realizada uma articulação/parceria com o CRAS, sendo essa população território do mesmo,

podendo junto com a profissional responsável pelo Programa, realizar um trabalho com tais usuários.

Através das oficinas a serem realizadas dentro do CRAS, buscar possibilitar o fortalecimento da auto estima desses usuários, a fim de que adquiram autonomia e protagonismo de sua própria vida e se emancipe da situação de vulnerabilidade que vivem atualmente

Visualizamos nessa população que não possuem a propriedade e a autonomia de sair da situação que vivem sozinhas, pois é fundamental fortalecer essa população, trabalhar a potencialidades particulares de cada sujeito, buscando o protagonismo e a autonomia através de oficinas, cursos, palestras de orientação. Citamos como exemplo: “orientações acerca de como se comportar perante uma entrevista”, com o objetivo de nortear esses usuários na inclusão no mercado de trabalho, buscando uma estabilidade financeira, pois como já foi citado acima tais usuários, não possuem tais conhecimentos, pois são famílias que vivem à margem da sociedade.

O fortalecimento da articulação com a rede socioassistencial, escolas, empresas, visto que, o índice de baixa escolaridade é expressivo, se tornando importante a criação do EJA- Educação para Jovens e Adultos, no qual o município não possui atualmente, sendo necessária a articulação com o Departamento de Educação, a fim de oferecer aos usuários à oportunidade do retorno a escola, sendo importante deixar claro que essa proposta foi criada através das solicitações por parte dos beneficiários que visualizam na escola um meio de melhoria de vida.

Propor parceria com escolas de cursos profissionalizantes (SESI, SENAI, SENAC, entre outras) e o departamento de desenvolvimento econômico do município, para que ofereçam cursos através do CRAS, no qual o município possa disponibilizar dentro dos recursos financeiros que possui, sendo esta uma das demandas solicitadas pelos usuários, pois segundo colocado pelos beneficiários, não conseguem entrar no mercado de trabalho pela falta de escolaridade e pela falta de qualificação profissional, sendo importante através do desenvolvimento econômico do município encaminha-los para o mercado de trabalho.

O CRAS deve acompanhar também esses usuários com benefícios eventuais quando solicitados, a fim de auxiliar as famílias para que se emancipem da situação que vivenciam.

O trabalho foi analisado juntamente com a equipe do CRAS e a equipe do Órgão Gestor, no qual nosso olhar foi para a particularidade de cada família, e encontrando meios para uma intervenção eficaz e contributiva na vida desses usuários, tal proposta foi idealizada então dentro da realidade vivenciadas pelos usuários.

Portanto concluímos que se faz importante um acompanhamento e um trabalho especial com essas famílias, pois essa população precisam resgatar a autoestima e o protagonismo de suas próprias vidas para que se emancipem e tenham autonomia para viver de forma digna, diminuindo o preconceito estigmatizante por parte da sociedade, e assim ocorra uma modificação da realidade dessas famílias, buscando a emancipação nas situações que vivenciam.

## **7 RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA DE AÇÃO.**

A proposta de ação foi elaborada de acordo com a realidade vivenciada pelas famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida I, visto que identificamos por meio da presente pesquisa, as vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias.

Desta forma, a proposta no momento não tem possibilidade de ser implementada, devido à falta de Recursos Humanos, ou seja, a falta de profissionais qualificados, para executar tal proposta, visualizamos também a falta de recursos financeiros.

A rede socioassistencial do município encontra uma dificuldade em relação a articulação com a Educação, visto que realizar um trabalho junto ao órgão é dificultosa, mais é importante que os profissionais responsáveis pelo projeto, tentem quebrar com a resistência de tal departamento para que a ação seja implementada.

Como podemos observar a presente proposta não tem condição de ser implantada atualmente, pois devido a falta de recursos financeiros e humanos,

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe a questão do déficit habitacional com altos índices, atualmente são 5,2 milhões de pessoas sem moradia própria, sendo 74% famílias de baixa renda no país. O Programa Minha Casa Minha Vida, veio com o intuito de suprir com esse déficit habitacional, e dar a possibilidade de famílias de baixa renda obter o financiamento da casa própria.

O programa Minha Casa Minha vida, facilita o financiamento de casas para famílias que não conseguiriam obter a moradia própria sozinhas. A operacionalização do programa é feita através da Caixa Econômica Federal, junto com a articulação entre estado e município que realiza o acompanhamento da construção das moradias e da realização do trabalho técnico social com as famílias, que visa uma integração com a mudança no novo contexto, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os beneficiários.

No município de Martinópolis-Sp, o Programa veio para atender, famílias que viviam em área de risco, onde as casas eram atingidas por alagamentos e enchentes, visto que são famílias de baixa renda e baixa escolaridade, estão inseridos no mercado de trabalho informal, pois as famílias entrevistadas maior parte vivem de Benefícios de Transferência de Renda e eventuais, sendo vítimas da vulnerabilidade social.

Por meio trabalho técnico social propõe incentivar a volta dos usuários para a escola, favorecendo à uma profissionalização para serem inseridos no mercado de trabalho formal e assim quebrar com a vulnerabilidade social e propiciar uma melhor qualidade de vida para os beneficiários

Mediante da pesquisa realizada mostrou que os usuários estão completamente satisfeitos com as casas, em comparação com as casas que residiam anteriormente, pois as casas eram precárias, vulneráveis, e assim traziam riscos para as famílias.

Portanto através do presente trabalho concluímos, que um grande desafio para o profissional que atua na área da habitação é que os direitos a moradia sejam efetivados, que haja uma melhor qualidade de vida para a família. No município

de Martinópolis, era necessário haver um departamento que fosse responsável pelo acompanhamento das famílias, mais como não há o departamento responsável é o de Assistência Social, no qual o profissional acaba ficando sobrecarregado, por ter que dar conta de tanto trabalho.

A ação que o artigo buscou propor um trabalho junto ao CRAS no qual busque o desenvolvimento da autonomia dos usuários beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha vida, no qual pelo decorrer do trabalho vimos que são famílias vulneráveis, sendo importante oferecer o direito a educação, este portanto tenha sido tirado na sua infância.

Se faz necessário também oferecer cursos profissionalizantes dentro dos recursos disponibilizados pela prefeitura, pois é uma grande demanda, sendo uma população de baixa formação escolar e sem qualificação profissional, possibilitando que essa população seja inserida no mercado de trabalho.

Portanto concluímos que é importante o fortalecimento dessas famílias, evidenciar que são capazes de possuir uma vida mais digna, com a esperança de findar com o preconceito existente na sociedade.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Camila Da Costa Machado **A Atuação Do Assistente Social Na Secretaria De Habitação Em Casimiro De Abreu – Rj.** Disponível em:

<[Http://www.puro.uff.br/tcc/2011-2/camila%20-%20completo.pdfm](http://www.puro.uff.br/tcc/2011-2/camila%20-%20completo.pdfm)> Acesso em: 25/09/2015

BARBOSA, Kássia Cristina Uchôa Soares **Reflexões Sobre O Trabalho Social Na Habitação.** Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/QUESTAO\\_URBANA\\_E\\_GESTAO\\_DAS\\_CIDADES/REFLEXOES\\_SOBRE\\_O\\_TRABALHO\\_SOCIAL\\_NA\\_HABITACAO\[1\].pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_URBANA_E_GESTAO_DAS_CIDADES/REFLEXOES_SOBRE_O_TRABALHO_SOCIAL_NA_HABITACAO[1].pdf)> Acesso em 25/09/2015

CIDADES. Ministérios Das. **Política Nacional de Habitação.** Disponível em <[http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id\\_submenu/230/politicanacionalhabitacao.pdf](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/politicanacionalhabitacao.pdf)> Acesso em 01/10/2015

CIDADES, MINISTÉRIO DAS, **Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011.** Disponível em

<[Http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria\\_610\\_compilada\\_2012\\_07\\_12.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria_610_compilada_2012_07_12.pdf)> Acesso 21/09/2015

BRASIL, **Constituição Federal 1988.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso 17/09/2015

DUARTE, Sandro Marino, **Direito à moradia, políticas públicas em habitação, e o enfrentamento do déficit habitacional: Os desafios do Programa Minha Casa Minha vida.** Disponível em

<[Http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3002](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3002)> Acesso em 25/09/2015

NETO, Vicente Correia Lima. Et al. **Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007 2012)** Disponível em

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/131125\\_notatecnica\\_dirur05.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnica_dirur05.pdf)> Acesso 17/09/2015

Schreiner, Elisa, **A Operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida: Residencial Duque de Caxias.**2012. Disponível em

< [Http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71360](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71360)> Acesso em 01/10/2015

Romagnoli Alexandre J. **O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos.** Disponível em

<[Http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5539](http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5539)> Acesso em 01/10/2015

**ROCHA, Danuza Labanca. O Trabalho Social No Programa De Aceleração Do Crescimento (PAC): Atribuições Para O Serviço Social Nos Projetos De Infraestrutura Urbana.** Disponível em

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/QUESTAO\\_URBANA\\_E\\_GESTAO\\_DAS\\_CIDADES/O\\_TRABALHO\\_SOCIAL\\_NO\\_PROGRAMA\\_DE\\_ACCELERACAO\\_DO\\_CRESCIMENTO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_URBANA_E_GESTAO_DAS_CIDADES/O_TRABALHO_SOCIAL_NO_PROGRAMA_DE_ACCELERACAO_DO_CRESCIMENTO.pdf)> Acesso em: 25/09/2015

## ANEXO I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AOS MORADORES BENEFICIADOS.

Nome: \_\_\_\_\_  
Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_

1) Quantas pessoas moram na mesma casa que você? \_\_\_\_\_

2) Qual a sua Escolaridade? \_\_\_\_\_

3) Você trabalha? Qual a profissão? \_\_\_\_\_

4) Recebe algum Benefício de Transferência de Renda? Se sim qual?  
\_\_\_\_\_

5) Quais mudanças o Programa Minha Casa, Minha Vida trouxe para sua vida?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Qual o motivo da não participação nas atividades oferecidas?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7) Quais atividades, cursos, gostariam que fossem oferecidas?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_